

251 Inadequações gramaticais relacionadas à redundância e prolixidade em textos jurídicos

A pergunta da vez

Como evitar inadequações gramaticais relacionadas à redundância e prolixidade em textos jurídicos?

Uma gota de gramática

Os textos jurídicos são conhecidos por sua extrema formalidade e, diante disso, alguns aspectos relacionados à redundância e prolixidade nos documentos podem se tornar comuns. A redundância, também conhecida como pleonasma (emprego de palavras desnecessárias ao sentido da expressão), é uma figura de estilo que, em alguns casos, pode representar um vício no uso, o que prejudica a clareza, a coerência e a eficácia de um texto jurídico. Já a prolixidade ocorre em um texto que apresenta um excesso de léxico (uso excessivo de palavras), que pode prejudicar, assim como a redundância, a clareza e objetividade necessárias para as produções jurídicas. Assim, a redundância e a prolixidade estão presentes quando o escritor tem a intenção de prorrogar o seu discurso. Vejamos, agora, alguns desses casos:

1. Repetição de palavras ou ideias:

- Erro: “O réu é acusado de ter cometido o crime de homicídio.”
- Correção: “O réu é acusado de homicídio.”

Explicação: Aqui, as duas frases passam a mesma informação, porém o uso de “crime” e “cometido” torna a frase redundante e prolixa, diferentemente da frase abaixo, mais clara e concisa.

2. Utilização excessiva de sinônimos:

- Erro: “O contrato foi assinado e acordado pelas partes contratantes.”
- Correção: “O contrato foi assinado pelas partes contratantes.”

Explicação: O uso de “assinado e acordado” é redundante, já que o ato de assinar implica acordo. A correção elimina a redundância.

3. Expressões desnecessárias:

- Erro: “Em virtude do fato de que...”
- Correção: “Devido a...”

Explicação: A expressão “em virtude do fato de que” é prolixa, apresenta um excesso de palavras que podem ser substituídas pela expressão “devido a”, que é mais concisa e adequada.

4. Desnecessária enumeração de elementos:

- Erro: “O contrato inclui, entre outras coisas, cláusulas de rescisão, penalidades, e obrigações.”
- Correção: “O contrato inclui cláusulas de rescisão, penalidades e obrigações.”

Explicação: A frase inicial enumera elementos, mas o uso da expressão “entre outras coisas” é redundante e desnecessário no contexto. A versão corrigida lista diretamente os elementos.

Portanto, diante dos exemplos acima, entendemos que a clareza e a objetividade na linguagem jurídica são fundamentais para que todos os envolvidos possam compreender e interpretar corretamente as informações legais apresentadas.

Questão bem prática para você

Dentre as alternativas abaixo, encontre a mais adequada, clara e objetiva:

- a) “De acordo com os fatos que foram apresentados até o presente momento, parece que não há dúvida de que o acusado é culpado.”
- b) “O tribunal deliberou e tomou uma decisão final e definitiva.”
- c) “No meu entendimento pessoal, eu acredito que o réu é completamente culpado.”
- d) “Neste mandato, o outorgante nomeia o outorgado como seu representante com poderes especiais.”
- e) “O acusado é réu no processo.”

RESPOSTA: d

- a) “De acordo com os fatos apresentados, não há dúvida de que o acusado é culpado.” (prolixo)
- b) “O tribunal deliberou e tomou uma decisão.” (redundante e prolixo)
- c) “Acredito que o réu é culpado.” (redundante)
- e) “O acusado é réu.” (redundante)